



10º Encontro Internacional de Política Social¹¹
17º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Democracia, participação popular e novas resistências
Vitória (ES, Brasil), 27 a 29 de agosto de 2024

Eixo: Mundo do trabalho

A mulher e o mercado de trabalho: reflexões a partir do projeto de intervenção “cursos profissionalizantes como proposta de enfrentamento do desemprego”

Ranniely Andrade Rocha¹
Fabício Rodrigues da Silva²
Elizabeth Rodrigues Félix³

Resumo: Problematizamos a importância da formação profissional no enfrentamento da desigualdade de gênero no mercado de trabalho para as mulheres, a partir da análise do projeto de intervenção “cursos profissionalizantes como proposta de enfrentamento do desemprego”, realizado no Estágio Supervisionado em Serviço Social, no Centro de Referência de Assistência Social de Casinhas – PE, tendo como público-alvo as mulheres. Apoiar-se em pesquisa de natureza bibliográfica e de abordagem qualitativa. A ação em questão estimulou as mulheres a fim de mudar as suas realidades, evidenciando a importância da formação profissional no acesso delas ao mercado de trabalho, ainda que superar a desigualdade de gênero no mercado de trabalho requer ações de dimensões maiores, que fogem da ação profissional.

Palavras-chave: Mulher. Desemprego. Desigualdade de gênero. Mercado de Trabalho.

Women and the job market: reflections on the intervention project "Vocational courses as a way of tackling unemployment"

Abstract: We problematize the importance of professional training in combating gender inequality in the labor market for women, based on the analysis of the intervention project “vocational courses as a proposal to combat unemployment”, carried out in the Supervised Internship in Social Service, at the Centro de Social Development Social Assistance Reference in Casinhas – PE, with women as its target audience. It is based on bibliographical research and a qualitative approach. The action in question encouraged women to change their realities, highlighting the importance of professional training in accessing the job market, even though overcoming gender inequality in the job market requires actions of greater dimensions, which go beyond professional action.

Keywords: Women. Unemployment. Gender inequality. Labor market.

1 A qualificação profissional como determinante no acesso das mulheres ao mercado de trabalho

Um dos determinantes que possibilitou o avanço das mulheres no mercado de trabalho foi, sem dúvidas, o acesso destas a qualificação profissional, que por sua vez tem contribuído também no acesso destas a postos de trabalho com maiores garantias e estabilidade financeira. Porém, é válido ressaltar que ainda existem desafios para que esta conquista possa se concretizar, uma vez

¹ Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: rannyandrade1213@gmail.com.

² Doutor em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor Adjunto do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: fabricio.rodrigues@academico.ufpb.br.

³ Assistente Social da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro (SEAP-RJ). Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: erodriguesfelix@gmail.com.

que, muitas mulheres enfrentam na contemporaneidade, situações indesejáveis, tais como,¹² o preconceito, situações de assédio, desigualdades salariais em relação aos homens, discriminações, além de exercer uma dupla ou tripla jornada de trabalho, pois muitas além de obter um trabalho assalariado, executam atividades domésticas e, até mesmo, maternais, sem contar com a ajuda de qualquer parentesco. Para Furlanetto (2011, p. 16):

A mulher que desenvolve atividade fora do lar enfrenta, muitas vezes, dupla ou até tripla jornada de trabalho. Ocupa-se em desempenhar funções profissionais para ajudar o orçamento doméstico e ainda, no seu dia a dia, preconceitos de toda ordem: ganhar salário menor que o homem que executa a mesma tarefa, discriminação por ser mulher, e obrigação de estar sempre bonita e pronta para vencer as dificuldades de uma sociedade machista.

Partindo desse pressuposto, um dos maiores desafios que a mulher enfrentou e enfrenta no contexto vigente é encarar uma sociedade ainda machista, que a considera frágil e que transfere todas as responsabilidades domésticas para ela, deixando-a, muitas vezes submissa a estes afazeres, excluindo-as do contexto de formação acadêmica profissional, o que dificulta a oportunidade de acesso ao mercado de trabalho. Tratando-se disso, quem mais sofre com esses impasses são as mulheres em maior estado de vulnerabilidade social, já que, muitas delas, não possuem nem o ensino básico e são assujeitadas, muitas vezes, a enfrentarem o antagonismo de classes de forma a naturalizar a sua situação de vulnerabilidade social, por obterem um conhecimento limitado acerca das determinações que condicionam essa realidade social, próprias do capitalismo.

Retomando ao contexto histórico, a mulher foi conquistando um pequeno espaço no mercado de trabalho a partir da primeira Revolução Industrial, já que a mão de obra masculina se tornou escassa devido a atuação deles na I e II Guerra Mundial e, diante disso, elas tiveram que assumir a manutenção de suas famílias. Não só as mulheres, mas também as crianças, passaram a desempenhar atividades secundárias nas fábricas, o que hoje, na realidade brasileira, com a existência do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), se configura como uma violação dos direitos deste público. Dessa forma, as mulheres eram consideradas pelos seus empregadores como pessoas dóceis e manipuláveis, já que isso fazia parte da sua condição conjugal, que era obedecerem a seus esposos, realidade esta que ainda no século XXI é alimentada em muitos relacionamentos. Os empregadores da época também recebiam vantagens na contratação do público feminino devido ao barateamento desta mão-de-obra. Ou seja, as mulheres ganhavam espaço no ramo empregabilístico, mas a duras penas.

A participação da mulher no mercado de trabalho começou de fato com a I e II guerras mundiais (1914-1918 e 1939-1945, respectivamente), pois quando seus esposos iam para

a guerra elas não tinham como manter suas casas e por isso se viram na obrigação de irem em busca de renda para sustentar seus filhos. Com o final da guerra, além de toda destruição que deixaram muitos dos esposos que iam não voltavam, pois haviam morrido nas batalhas e os que voltavam não tinham condições de trabalho, pois haviam sido mutilados e por essa razão elas continuaram a trabalhar fora de suas casas, pois se tornaram chefes de lares (Camargo, 2010, p. 19).¹³

Mesmo diante de toda essa desigualdade de gênero, a mulher ainda vem conquistando seu espaço no mercado de trabalho e em outras esferas sociais, sendo valorizadas e ocupando cargos de prestígio, mesmo que ainda enfrentem situações desagradáveis, especialmente, quando se trata do reconhecimento salarial. Cabe pontuar que as mulheres ao ingressarem no mercado de trabalho sofrem com preocupações sociais e familiares, principalmente quando se têm filhos, ausência de uma formação educacional exigida muitas vezes pelas empresas, experiências limitadas, subordinações e até mesmo o fato de resistir diariamente as cobranças, pressões sociais e ao machismo. É fato que o ramo trabalhista deveria considerar as habilidades do trabalhador dentro dos setores trabalhistas, independente do gênero, além de os salários e tratamentos serem equitativos. Como pontua Bruschine (1995, p. 75):

O trabalho feminino não depende tão somente da demanda do mercado e das suas qualificações para atendê-la, mas decorre também de uma articulação complexa de características pessoais e familiares. A presença de filhos, associada ao ciclo de vida das trabalhadoras, à sua posição no grupo familiar - como cônjuge, chefe de família etc. e a necessidade de prover ou complementar o sustento do lar, são fatores que estão sempre presentes nas decisões das mulheres de ingressar ou permanecer no mercado de trabalho.

Por outro lado, com os avanços tecnológicos ao decorrer do tempo e a descoberta dos métodos contraceptivos, a mulher tornou-se mais autônoma no que se refere a decidir em quando e quantos filhos decide ter, proporcionando-a uma maior autonomia de sua vida, sem ter que se desdobrar nas funções e, principalmente, em não ter que renunciar a alguma de suas atividades, principalmente a remunerativa. Porém, a mulher não pode ser reduzida ao trabalho, a maternidade ou aos afazeres domésticos, ela pode contribuir em várias esferas sociais, sendo cada vez mais valorizada e respeitada como frisa Aambert (1986, p. 112):

As mulheres hoje podem ser respeitadas e valorizadas, não porque são boas parideiras, e sim por tudo aquilo que de bom e belo, além de fazer filhos, podem dar à humanidade, seja no campo do trabalho, das pesquisas científicas, do ensino, dos esportes, da literatura ou das artes.

Sendo assim, é importante frisar que cada vez mais as mulheres estão buscando o seu reconhecimento pessoal e profissional, buscando qualificação profissional em todos os níveis, bem como, a sua independência financeira, enxergando que podem ir muito além do que a sociedade machista oferece a elas, podendo elas reafirmarem que as diferenciações de gênero não classificam um melhor que o outro, mas obtendo entre si, complementariedades e especialidades.

Dito isso, é fato que o impedimento das mulheres ocuparem cargos mais altos não está fundamentado no perfil “impróprio” ou “incapacidade” delas, pois ao longo do tempo a classe feminina tem se mostrado apta a ocupar cargos, dos mais diversos com muita responsabilidade, autoridade e sobretudo, capacidade, desde que sejam dadas condições iguais de oportunidade, inclusive, no âmbito da formação profissional.

O que se percebe, diante disso, é que mesmo a classe feminina se sobressaindo no campo acadêmico, ou até mesmo, com uma qualificação igual ou maior que a classe masculina, ainda assim perpetua-se a desigualdade, seja ela salarial ou pela equivalência de cargos trabalhistas, resultando em um subjugamento da mulher. Dessa forma, é crucial a viabilização de políticas públicas voltadas a viabilizar condições mais justas para solucionar a questão ou até mesmo por um trabalho de conscientização dos empregadores com o objetivo de sanar esta disparidade ainda presente no contexto vigente, o que perpassa também pela regulação de legislações que atuem neste sentido.

Desse modo, ainda se observa, principalmente na contemporaneidade capitalista, o trabalho informal como um dos desafios que a classe trabalhadora tem enfrentado, bem como a reprodução sociocultural da divisão do trabalho produtivo e reprodutivo, além das inúmeras dificuldades que a classe feminina encontra em ter que conciliar o trabalho remunerado e a administração da família. Isto acarreta numa estagnação das mudanças sociais, principalmente no que diz respeito às relações de gênero. Ou seja, é preciso que o modelo tradicional de divisão sexual do trabalho que vem sendo alimentado socialmente seja repensado, já que resulta em desvantagens para as mulheres.

É necessário mudanças nestes padrões culturais e sociais, a fim de ser construído uma nova identidade feminina capaz de empoderar e emancipar a própria classe, deixando claro que os afazeres domésticos podem e devem ser executados pelos homens. Sendo assim, a classe feminina poderá adentrar com mais efetividade nos espaços predominantemente ocupados pelos homens. Dito isto, os movimentos feministas são fundamentais nesta desconstrução patriarcal e desigual e devem ser postos em prática de forma engajada e contínua, a fim de conquistar de forma equitativa a igualdade de gênero e conscientizar mulheres que, em pleno século XXI, alimentam pensamentos machistas, vivem silenciadas e até mesmo submissas.

A mulher sofre com o acúmulo de funções, muitas vezes ocupando trabalhos extremamente cansativos e mal remunerados, submetendo-se a condições exploratórias e desumanas, além do preconceito, discriminações, já que muitas destas não dispõem de alternativas melhores. Neste caso, como estão restritas a melhores possibilidades acabam submetendo-se à

exclusão de alguns setores trabalhistas do que ficarem na inatividade. Yannoulas (2002,¹⁵ p. 28) pontua que:

[...] o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho está mais vinculado à expansão de atividades ‘femininas’ do que ao acesso a atividades ‘masculinas’; as discriminações vertical e horizontal dos mercados de trabalho se reproduzem; a brecha salarial não foi reduzida (é maior quanto maior o nível de instrução); a taxa de desemprego feminina continua sendo superior à dos homens; e aumenta a presença de mulheres nas ocupações mais precárias.

No contexto vigente, a mulher expandiu-se no mercado de trabalho, ocupando cargos de destaque. Mas este aumento participativo está correlacionado também a expansão das atividades femininas, a exemplo do setor de serviços, persistindo as discriminações que são reproduzidas no mercado de trabalho. Além disso, o desemprego ainda permanece em larga escala para as mulheres, neste caso deixando-as muitas vezes em condições trabalhistas mais precarizadas. O trabalho informal também avança para as mulheres, que infelizmente não garante uma renda fixa e suficiente para que elas conquistem uma estabilidade financeira, além de não garantirem acesso a direitos trabalhistas e previdenciários. O fato é que por trás deste tipo de relação de trabalho, com a narrativa do empreendedorismo ou da autonomia, esta uma forma de subemprego altamente fragilizado que não garante condições financeiras a trabalhadora, portanto, não garante sua própria manutenção, quem dirá investir na sua formação.

Em suma, diante de todas as dificuldades já apontadas, convém também destacar a crise de sororidade existente na sociedade, já que, muitas mulheres ainda alimentam um discurso machista, misógino e que muitas vezes abraçam lutas majoritárias, ou seja, quando a luta social pertence a grupos minoritários, muitas mulheres por não pertencerem àquele grupo, não se sentem representadas, e por isto fragmentam estas lutas sociais, tornando-as individuais e por isso mais difíceis de serem sanadas. A própria sociedade, em um contexto histórico, sobretudo, com o advento do capitalismo, fez com que as mulheres se tornassem rivais, seja por padrões estéticos, concepções religiosas, questões socioeconômicas, cor, raça, orientação sexual, dentre outras situações.

No entanto, é preciso destacar que tais problemáticas relativas ao acesso em condições iguais ao mercado de trabalho por mulheres, não afeta igualmente as próprias mulheres e isso está associado ao fato de que a exclusão social, ainda que possa atingir diversos níveis sociais, porém, possui mecanismos seletivos. Ou seja, a mulher trabalhadora, negra e em estado de vulnerabilidade social, faz parte de uma categoria que está mais suscetível a desigualdade de gênero no mercado de trabalho, sendo no item a seguir, relato a experiência de um projeto de intervenção que atua na problemática em questão, cujo público-alvo são mulheres inseridas no

contexto de vulnerabilidade social.

2 Relato de experiência e comentários críticos do projeto de intervenção “cursos profissionalizantes como proposta de enfrentamento do desemprego”

O público-alvo do projeto de intervenção foi constituído de 10 (dez) mulheres mães, solteiras e desempregadas, que estão inseridas dentro da faixa etária de 20 a 40 anos de idade e que possuem cadastro no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do município de Casinhas – PE e que eram beneficiárias, na época da realização do projeto de intervenção, do Auxílio Renda Brasil, cujo valor do benefício era de R\$ 400,00 (quatrocentos reais). Mulheres estas com perfil de vulnerabilidade socioeconômica e, em sua maioria, negras. O projeto de intervenção foi executado, em etapas, no período de 01/08/2022 e 22/08/2022.

Para realização do projeto de intervenção, uma série de recursos foram mobilizados, incluindo, os recursos humanos, o qual contou com a participação dos profissionais do equipamento em questão, dentre eles, uma Técnica Assistente Social, que auxiliou na aplicação dos questionários, bem como, na divulgação dos cursos ao público-alvo, por meio do uso slides, panfletos e conversas; uma outra Técnica Assistente Social, que auxiliou nos registros da execução do projeto, além de ajudar a selecionar o público-alvo e, a Técnica Psicóloga, que contribuiu na recepção e organização dessas mulheres em relação ao preenchimento dos questionários que foram aplicados. O projeto contou também com o apoio da Secretária de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, que disponibilizou o espaço para realização da oficina com a temática emprego e renda, além de ter viabilizado o contato com os profissionais que ofertaram o curso de profissionalização, o que contribuiu no planejamento e execução do mesmo e, por fim, com o apoio da Prefeitura Municipal de Casinhas – PE, que contribuiu com o financiamento do lanche para as mulheres envolvidas no projeto, bem como, a todos os que se fizeram presentes.

Uma primeira análise proveniente da execução do projeto refere-se a importância do trabalho em equipe interdisciplinar, na perspectiva de somar os diversos saberes profissionais e esforços institucionais no atendimento das necessidades sociais da população. Sem a contribuição de todos os profissionais e instituições envolvidas, não teria sido possível executar o projeto, inclusive, diante da condição de que os meios e condições materiais, bem como, recursos humanos não estavam sob domínio da estadia discente, o que reflete a própria condição de autonomia relativa do Serviço Social, em que os meios e condições para a realização do exercício profissional estão sob domínio do empregador, aqui no caso, o Estado.

Voltando para a descrição do projeto de intervenção, é válido destacar que a cidade em

questão é de porte pequeno, com aproximadamente 15 mil habitantes, contendo 36 localidades¹⁷ e que os habitantes desta sobrevivem, em sua grande maioria, a partir dos programas de transferência de renda, como o Auxílio Brasil, Bolsa Família, além dos benefícios ofertados pelo CRAS e aposentadorias, sobretudo de trabalhadores rurais, pagas pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Dentre as diversas expressões da questão social encontradas no município, as que mais estão em evidência são a fome e o desemprego. Muitas famílias usuárias do CRAS são atendidas mensalmente para suprirem necessidades gritantes, como o acesso a alimentação e a moradia, a partir da retirada de cestas básicas e auxílio moradia. Essa realidade justifica a necessidade de desenvolver intervenções profissionais em prol de enfrentar tais expressões da questão social. Dessa forma, parte das famílias casinhenses se encontram em estado de vulnerabilidade socioeconômica, e muitas destas mulheres sofrem diariamente com diversas problemáticas, além de estarem presas a bolhas sociais que as sujeitam a várias questões, desde as sexuais, a submissões parentais, a um sistema ainda machista que as controlam e as reduzem aos afazeres domésticos e a criação dos filhos. Dito isto, é preciso que estas mulheres se desprendam destas concepções, bem como os homens e a própria sociedade, como afirma Lukács (2013, p. 611):

A sujeição sexual da mulher certamente constitui uma das bases mais fundamentais de sua sujeição em geral, tanto mais que as atitudes humanas que lhe correspondem não só desempenham um papel importante no mundo de representações e paixões dos homens, mas no decorrer de milênios penetraram profundamente na própria psicologia da mulher e se incrustaram ali. Por isso mesmo, a luta de libertação da mulher contra esse seu estranhamento não é, portanto, ontologicamente apenas uma luta voltada contra as aspirações de estranhamento que partem do homem, mas deve também visar a própria autolibertação interior.

Partindo desse pressuposto, é válido pontuar que as concepções de inferioridade da mulher são milenares, o que no decorrer do tempo, tornou-se naturalizada, desenvolvendo assim a desigualdade de gênero, até mesmo no âmbito trabalhista. Situação esta que deve ser desconstruída, libertando a mulher desta opressão e costume, que favorece a classe masculina. Por esta e outras razões, foi importante executar o projeto de intervenção a partir do CRAS, o que possibilitou não só uma capacitação para as mulheres, mas também, um momento de reflexão sobre suas condições e potencialidades, conforme podemos observar nas descrições das atividades que seguem.

A primeira atividade foi executada no dia 01/08/2022, por meio da apresentação dos cursos profissionalizantes disponíveis. A ação foi realizada no espaço do próprio CRAS, com o auxílio das técnicas Assistentes Sociais. Na ocasião, acolhemos estas mulheres na sala de

atendimento, tendo sido realizada uma roda de conversa em que estas usuárias puderam questionar sobre os cursos ofertados, suas vantagens, objetivos e naturezas. A partir deste momento, ficou evidente a empolgação delas, principalmente pela diversidade de cursos ofertados. Para uma maior organização e eficácia deste primeiro momento, foram utilizados os recursos de Datashow, som, microfone, dentre outros, além de ter sido servido um lanche ao final do encontro. Diante disso, o primeiro momento de execução do projeto aconteceu de forma tranquila e com um número pequeno de participantes, uma vez que, a sala de atendimento é pequena.

Nesta primeira etapa, podemos enfatizar a importância de participação das usuárias do serviço desde o concebimento da proposta de intervenção que envolvam as mesmas, isso contribuiu para que a execução do projeto contasse, de fato, com a participação de todas, já que elas foram privilegiadas de participar de todos os momentos, desde a escolha da proposta, bem como, sendo cientificadas dos objetivos e direcionamentos que a ação ensejava. Isso evidencia a necessidade de tornar o planejamento profissional, seja em qual for o espaço sócio-ocupacional, participativo e acessível aos usuários, uma vez que o fim da ação profissional sempre será o atendimento das necessidades sociais deles, ainda que isso seja mediado também pelo atendimento das necessidades institucionais, que nem sempre são alinhadas as necessidades dos usuários, daí que o Serviço Social se insere nessa relação conflituosa de atender os interesses do empregador, no caso o Estado e, dos usuários. Portanto, “[...] uma tensão entre o trabalho controlado e submetido ao poder do empregador, as demandas dos sujeitos de direitos e a relativa autonomia profissional para perfilar o seu trabalho” (Iamamoto, 2014, p. 424).

Dessa forma, o profissional é assujeitado a atender demandas institucionais, embora muitas vezes tendo consciência de que existem outras demandas mais urgentes, o que se configura, segundo Iamamoto (2014), como uma relativa autonomia. Diante disso, o que está como prioridade são os interesses estatais, o que resulta também na precarização do trabalho do assistente social, já que este empregador é quem dispõe dos meios e condições para a realização do exercício profissional. Nem sempre o atendimento das demandas institucionais se refere a viabilização de direitos dos usuários, principalmente quando se trata das necessidades mais básicas. Isso só aprofunda ainda mais as desigualdades sociais.

Na segunda atividade, desenvolvida no dia 08/08/2022, foi realizada uma reunião com as usuárias mães, tendo sido realizada a aplicação do questionário de identificação das usuárias, com levantamento de dados socioeconômicos, bem como, escolha do curso profissionalizante. A partir dos interesses indicados pelas próprias participantes, foi escolhido o curso de corte e

costura.

Acerca da motivação da escolha do curso corte e costura, podemos inferir, a partir das nossas observações e análises, que tal escolha reflete uma predominância de atividades relativas à produção de roupas na própria região, já que a cidade fica situada nas proximidades da região considerada como polo produtivo têxtil do agreste, composto pelas cidades de Toritama, Santa Cruz do Capibaribe e Caruaru, todas no Pernambuco e que são marcadas pela exploração da força de trabalho em níveis degradantes.

Com efeito, a crença na recompensa dos salários mais elevados, diretamente proporcionais às longas jornadas de trabalho, se configura em ilusão durante o ciclo de vida do operário: se, na mocidade, ele aguenta essas longas jornadas em função do salário, na sua maturidade, ao contrário, e principalmente quando está próximo da aposentadoria, ele sente no corpo todo o peso do absurdo do excesso de trabalho a que foi submetido durante sua vida ativa (Iopes, 1976, p. 96).

Diante disso, quando se fala em trabalho assalariado e as suas longas jornadas de trabalho, é perceptível a superexploração do trabalho, em que muitas pessoas, por estarem alienadas, ainda não conseguiram enxergar este barateamento de sua força de trabalho, nem tão pouco, refletir sobre as consequências deste esforço a longo prazo. O trabalho ainda continua sendo explorado, barateado e polivalente, o que implica no adoecimento, principalmente para as mulheres em estado de vulnerabilidade socioeconômica e que são mães solo.

Ainda nesta etapa, foram recolhidas as documentações delas, tendo sido feito xerox para anexar nas fichas de identificação e inscrição dos cursos profissionalizantes. Para este momento, foram utilizados os materiais canetas, papel A4, impressora, a sala de atendimento do CRAS, registros com uso de celulares e por fim, foi servido lanche. Toda a etapa foi executada de forma organizada e tranquila, com a parceria dos profissionais do CRAS. Sendo assim, as usuárias preencheram, cada qual, a sua ficha de identificação. Porém, algumas participantes, esqueceram alguns documentos necessários, mas de imediato foram até suas residências buscarem. Fato este que foi muito enriquecedor, já que elas, a partir desta atitude, começaram a desnaturalizar suas funções domésticas e restrições que a sociedade as impõe, principalmente a marginalização, como relata Saffioti (1979, p. 79):

[...] é preciso não esquecer que entre um sistema produtivo de bens e serviços e a marginalização de uma categoria de sexo em relação a ele medeia a estrutura familiar na qual a mulher desempenha suas funções [consideradas] naturais e mais a de trabalhadora doméstica e socializadora dos filhos.

Nesta segunda etapa, podemos enfatizar também a importância da organização no exercício profissional, inclusive, acerca da documentação utilizada no âmbito profissional. Uma

das formas de materialização do exercício profissional se dá exatamente a partir da realização da documentação das ações profissionais, o que inclui elaboração e manuseio de fichas, prontuários, registros diversos, bem como, os próprios documentos dos usuários, que passam a compor essa documentação profissional. Essa documentação possibilita sistematizar as informações que são mobilizadas durante a ação profissional e, ainda, contribuem para a evolução das ações que podem ser compartilhadas por outros profissionais, auxiliando também na avaliação e ajustes necessários.

Já a terceira atividade foi executada no dia 15/08/2022 e consistiu na realização do curso de capacitação profissionalizante, ministrado pelos profissionais responsáveis em espaço próprio da Secretaria de Assistência Social do Município. No início da atividade, as profissionais que ofertaram o curso de corte e costura foram apresentadas as participantes. Na ocasião, foram utilizados os recursos microfone, som e os equipamentos próprios da capacitação, dentre eles, as máquinas de costuras, tendo sido servido lanche ao final do curso. O principal objetivo desta terceira etapa foi de executar o passo-a-passo da aula teórica e prática, no manuseio e conhecimento das máquinas especializadas em costurar o jeans. Porém, houve uma carência de máquinas, já que ficaram 02 (duas) usuárias por máquina, o que implicou na divisão das atividades orientadas pelas professoras.

A atividade foi desenvolvida com dois desafios: o primeiro, em relação ao espaço que é relativamente pequeno e o segundo desafio, foi a insuficiência de máquinas para um melhor desempenho das usuárias no curso. Porém, a aula foi ministrada e no final ocorreu tudo conforme o planejado. Percebemos uma grande empolgação na participação das usuárias em aprender naquele momento, o que tem relação com a necessidade de buscarem alternativas para melhorar suas condições de vida. Além disso, essa particularidade aqui relatada não está desconexa da tendência mundial do mundo do trabalho, em que predomina a precarização das condições de vida e trabalho também em virtude da falta de qualificação. “[...] há uma massa de trabalhadores precarizados, sem qualificação, que hoje está presenciando as formas de *part-time*, emprego temporário, parcial, ou então vivenciando o desemprego estrutural” (Antunes, 2015, p. 43).

Por fim, a quarta e última atividade foi realizada no dia 22/08/2022, sendo executada uma oficina acerca da temática emprego e renda para as usuárias mães do CRAS que participaram dos demais momentos do projeto de intervenção. O objetivo da última etapa foi transmitir conhecimento para as participantes relativa à temática, inclusive, momento este que contou com o relato das profissionais que ministraram o curso, sobre suas experiências exitosas no ramo do jeans, o que acabou provocando também um espaço de responder a determinadas dúvidas e curiosidades levantadas pelas participantes.

Este momento foi composto de muita troca de informações e crescimento profissional¹¹¹ entre elas. Foram utilizados os recursos, som, microfone, *pen drive*, e, por fim, foi servido um lanche. O encerramento das etapas foi bem participativo, haja vista que, as usuárias fizeram muitas perguntas em relação a atuação profissional no ramo da confecção do jeans e ao mesmo tempo no que diz respeito a rentabilidade. Logo, estas atividades só fortalecem a emancipação das mulheres, contribuindo para que elas se libertem das amarras sociais e as encorajando para enfrentar um mundo ainda contaminado de desigualdade de gênero, mas que, sem dúvidas, podem também conquistar algumas melhorias.

A emancipação da mulher não é um ato de caridade, não resulta de uma posição humanitária ou de compaixão. A libertação da mulher é uma necessidade fundamental da Revolução, uma garantia da sua continuidade, uma condição de seu triunfo. A Revolução tem por objetivo essencial a destruição do sistema de exploração, a construção duma nova sociedade libertadora das potencialidades do ser humano e que o reconcilia com o trabalho, com a natureza. É dentro deste contexto que surge a questão da emancipação da mulher. Samora Machel (1982, p. 18).

Devemos destacar que, observadas as limitações impostas pelas condições de vida destas mulheres e pelo próprio propósito limitado do projeto de intervenção, é possível, a partir da capacitação profissional, que elas consigam se inserir em processos produtivos relacionadas ao ramo da produção de roupas, que predomina na região. Sem o devido conhecimento e técnica sobre o processo de produção, torna-se ainda mais difícil conseguir uma vaga no mercado, além de impossibilitar que elas desenvolvam alguma atividade autônoma neste sentido, dada, inclusive a falta de recursos financeiros para obtenção dos equipamentos e matérias-primas necessárias, o que coloca em evidência a necessidade também de uma política de incentivo financeiros para estas.

Indiscutivelmente, reconhecemos que, ainda que ocorra a inserção destas no mercado de trabalho, todos os problemas não serão solucionados, ate porque, como já problematizamos anteriormente, são precárias as condições em que esta inserção ocorre, sendo tendencialmente de forma precarizada e tendo que conciliar também com as demandas no âmbito do lar, no entanto, é uma forma de obtenção de renda que, para a realidade destas usuárias que participaram do projeto de intervenção, fara uma grande diferença e conseqüentemente pode contribuir na melhoria das suas condições de vida.

Portanto, a mulher precisa se autoconhecer para desenvolver suas potencialidades a fim de desconstruir padrões já impostos por séculos que as inferiorizam, limitam, escravizam e até as objetificam. No mundo do trabalho também não seria diferente, a luta social deve ser contínua, próspera a fim de garantir equidade social, igualdade de gênero e o fim do sistema machista,

exploratório e injusto, o que significa superar o próprio capitalismo.

3 Conclusão

A partir do relato de experiência aqui apresentado, analisado e comentado criticamente, podemos inferir que a ação interventiva desenvolvida minimamente motivou as mulheres a se mobilizarem a fim de mudar as suas realidades sociais, buscando alternativas para garantir renda, uma vez que todas são beneficiárias de programas de transferência de renda do governo federal e, ainda, assistidas por benefícios eventuais do CRAS.

Entendemos que o projeto desenvolvido foi de grande valia para este público, principalmente por elas optarem, pelo curso de corte e costura, pois na cidade existem alguns fábricas, que vez ou outra estão contratando pessoas para trabalhar, bem como, podendo ainda trabalhar de forma independente, ou até mesmo, traçar parcerias com as confecções do município ou de cidades circunvizinhas. Vale salientar que o curso ofertado de corte e costura consistiu na capacitação de corte e costura em peças jeans, pois nas cidades mais próximas, tais como Surubim e Toritama, esta última conhecida como a terra do jeans, a renda de grande parte dos comerciantes é proveniente da comercialização das mais variadas peças em jeans, realidade esta que facilita ainda mais as possibilidades de emprego e renda para o público-alvo.

No entanto, estas usuárias podem alçar voos maiores, buscando uma maior especialização e aprofundamento no conhecimento de novas técnicas de corte e costura com outros tipos de tecido. É uma forma de, a longo prazo, enfrentar algumas das expressões da questão social que essas famílias enfrentam, tais como fome, desemprego, ausência de moradia própria, dentre outras, transformando, dessa forma sua realidade social.

O projeto teve como principal meta, garantir o acesso a uma formação profissional as mulheres usuárias do CRAS, na perspectiva de contribuir para uma maior autonomia com vistas a geração de emprego e renda, em prol de oferecê-las uma oportunidade de empregabilidade por meio, da participação delas nestes cursos, podendo ajudá-las em suas necessidades mais básicas. Partindo desse pressuposto, tal meta foi alcançada parcialmente tendo em vista que, enquanto algumas mulheres se dedicaram mais no processo de ensino aprendizagem, outras não se dedicaram o bastante, talvez seja porque a quantidade de máquinas era insuficiente para a quantidade de mulheres inscritas no curso.

No entanto, devemos destacar mais uma vez que, reconhecemos em que condições estas mulheres podem se inserir neste mercado de trabalho, inclusive, considerando que a particularidade desde trabalho na realidade da produção de roupa de bens é de superexploração da sua força de trabalho, com salários precarizados, sem garantias legais dada a predominância

de trabalho sem carteira assinada. A superação desta realidade requer ações de dimensões ¹¹³ maiores, as quais fogem do exercício profissional e da própria ação estatal. Mudar essa realidade requer uma ação revolucionária que modifique as bases estruturais, o que significa a própria superação do capitalismo, algo necessário e urgente.

Referências

ALAMBERT, Z. **Feminismo: o ponto de vista marxista**. São Paulo: Nobel, 1986.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

BRUSCHINI, C. **Gênero e Trabalho Feminino no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação?** Brasil, 1985 a 1995. Unicamp, São Paulo, 1998.

FURLANETTO, M. A. A mulher e a dupla jornada de trabalho. **Jornal Carreira & Sucesso**, 2001.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

LOPES, J. S. L. **O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo, Boitempo, 2013.

MACHEL, S. A libertação da mulher é uma necessidade da revolução, garantia da sua continuidade, condição do seu triunfo. In: MACHEL, Samora et al. **A libertação da mulher**. 3. ed. São Paulo: Global, 1982.

SAFFIOTI, H. A questão da mulher na perspectiva socialista. **Lutas sociais**, n. 27, p. 82-100, 2011.

YANNOULAS, S. C. **Dossiê: políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho**. Brasília: CFEMEA, FIG/CIDA, 2002.